

APROVADO
11.01.1993



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA

PROJETO DE LEI Nº 0002/93 de 01 de janeiro de 1993

LEI Nº 002 / 93

A Prefeitura Municipal de Manoel Viana, adota, receptivamente, a legislação básica do Município de São Francisco de Assis e dá outras providências.

LÉO DURLO, Prefeito Municipal de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei.

ART. 1. Até a edição de sua Legislação básica vigora no Município, nos termos do Decreto nº 34328 de 18 de maio de 1992 a seguinte Legislação básica do Município de São Francisco de Assis e respectivas Leis Complementares e Subordinações no que couber:

1. Lei Orgânica
2. Código Tributário
3. Código de Posturas
4. Estatuto do Magistério Municipal

ART. 2. As obrigações fiscais dos contribuintes lotados na área emancipada a partir de 20 de março de 1992 transferem-se para o Município de Manoel Viana.

ART. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

LÉO DURLO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:
Em 07 de janeiro de 1993.

EMENDA ADITIVA


"Possibilita emendas de origem
do Executivo e do Legislativo"


Art. 1º O Art. 3º. passa a ter a seguinte /
redação


Art. 3º Tanto o Executivo Municipal /
como o Legislativo Municipal poderão propor emendas a le
gislação adotada.

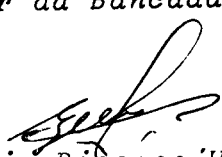
Art. 2º . Revogadas as disposições em contrário
esta lei entra em vigor à partir de sua publicação.

Sala da Sessões, Manuel Viana, 4 de ja- /
neiro de 1992.


Ver. Fone Olarte Caminha
Líder da Bancada do PDS


Ver. Rosomar Lara Luiz
Líder da Bancada do PDT

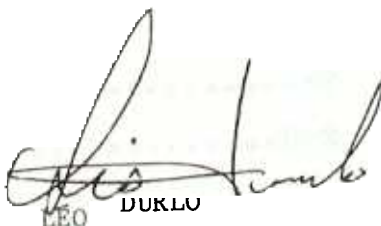

Henrique Edilberto Porto
Líder da Bancada do PMDB


Valdir Bissaco Witt
Líder da Bancada do PFL

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente
Senhores Vereadores

Visto que o novo município de Manoel Viana necessita de algum tempo para se estruturar e, não tendo condições de funcionamento sem as Leis básicas, adotará a Legislação básica do Município de São Francisco de Assis até a criação de Legislação Própria, o que por si só justifica a urgência solicitada no processo de apreciação e aprovação deste projeto de Lei



LÉO DURLO
Prefeito Municipal